

CONVERSAS COM O RIO DOCE

Maria Celeste Reis F. de Souza
Thiago Martins Santos
Renata Bernardes Faria Campos
Eliene Nery Santana Enes
(Organizadores)



caderno
temático **5**



COMUNIDADES TRADICIONAIS NO MÉDIO RIO DOCE

Maria Terezinha Bretas Vilarino
Bianca de Jesus Souza
João Vitor de Freitas Moreira



memorial descritivo da capa

Título: Rio Doce I, II e III (tríptico)

Ano: 2015

Artista: Edileila Portes*

Técnica: Gouache s/papel fabriano

Dimensões: 0,45cm x 1,80cm

A obra faz parte de uma trilogia (“Rio Doce I, II e III”; “Figueira I, II e III” e “Ibituruna I, II e III”) concebida por ocasião do desmoronamento da barragem da Samarco, na cidade de Mariana, Minas Gerais, Brasil, em novembro de 2015. Dei à série o título “Rasgos na Alma: ode ao Vale do Rio Doce” fazendo referência aos sentimentos pelos quais nós, os atingidos/moradores do Vale do Rio Doce, passamos diante dessa tragédia, numa denúncia poética, expressão permitida pela Arte. Objetiva, também, fazer uma homenagem ao Vale, focando os sentimentos que os moradores de Governador Valadares - cidade onde moro atualmente - possuem, representados metaforicamente nos símbolos presentes na obra e que são carregados de sentidos: o Rio Doce, a Figueira e a Ibituruna.

Como professora, pesquisadora e artista visual busco com a obra, portanto, homenagear o Vale, sensibilizar os moradores e, ao mesmo tempo, compartilhar os sentimentos vivenciados a partir do ocorrido, principalmente pelos Borum do Watu, sociedade nativa que vive num território situado às margens do rio Doce, próximo a cidade de Resplendor, MG e que vivencia de forma material e simbólica o rio Doce, o Watu para os Borum. Expresso no “Rio Doce I” um rio que ainda exala vida, representada nas cores fortes e na presença dos peixes, que também carregam esta simbologia. Imagem vívida, ainda, na memória dos Borum, segundo relato colhido durante uma pesquisa etnográfica que fiz no território Krenak. No “Rio Doce II”, concebida na noite do desmoronamento, trago a minha angústia diante da notícia que se espalhou de forma contundente: a lama tóxica chega aos borbotões como “chamas de um dragão”, enquanto os peixes tentam “correr para o mar, em vão”. No “Rio Doce III”, o rio muda de cor. Torna-se rubro como a lama que chega: é a hora da sua partida e da morte dos peixes, que emergem agonizantes. Ao fundo das três obras, sob o olhar impotente da Ibituruna, a Vida se esvai. Aqui, justifico o título “Rasgos na Alma” uma vez que essa tragédia não rasgou o Vale só no sentido material, mas a Alma dos entes e seres que nele habitam. O tríptico “Rio Doce I, II e III” ilustra, juntamente com os outros dois trabalhos já referidos, um livro que leva o mesmo título: “Rasgos na Alma: ode ao Vale do Rio Doce”. Trata-se de um poema

* Possui graduação em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialização em Folclore e Cultura Popular e Mestrado em Gestão Integrada do Território. É Membro Efetivo (Pesquisador) da Comissão Mineira de Folclore (2005) e do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri (2019). Atuou como professora assistente da Universidade Vale do Rio Doce de 2002 a 2017. Gere o espaço cultural Ateliê Edileila Portes desde 2014, prestando assessoria e consultoria em Arte e Cultura. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes Visuais, atuando principalmente nas seguintes áreas: desenho, composição e plástica, percepção visual, história da arte, arquitetura e urbanismo, teoria do urbanismo, cultura, folclore, identidade, território e territorialidades.



ilustrado, editado pela Editora Atafona, de Belo Horizonte, com a coedição do Ateliê Edileila Portes, do qual sou gestora e tem o apoio cultural da Comissão Mineira de Folclore, onde sou membra efetiva pesquisadora. O conjunto da obra objetiva propor reflexões sobre o tema, que acreditamos pertinente diante da crise ambiental vivenciada no Brasil e no mundo. Desde a sua edição, em novembro de 2017, até o momento, o livro e as obras que o ilustram participaram de um vasto circuito de exposições e lançamentos - da Universidade de Framingham, nos Estados Unidos até livrarias em Belo Horizonte, Governador Valadares e São Paulo. Ongs, Institutos, Escolas, Universidades, Fórum Social Mundial, em Salvador, Feiras internacionais do livro - São Paulo e Buenos Aires - também fizeram parte do circuito. Em abril de 2018, o livro ilustrado foi contemplado com o selo de “Altamente Recomendável” pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ.

projeto gráfico, muito além da diagramação

O projeto gráfico elaborado pela Tuia Comunicação para a coleção Conversas com o rio Doce considerou seu uso como ferramenta de aprendizado, ensino e também de pesquisa.

Pensando na unidade visual, as obras da artista Edileila Portes da capa, foram o ponto de partida para criar esse ambiente. As cores foram extraídas das telas. Os elementos gráficos em destaque no rodapé, e também em alguns tópicos, remetem às ondas ou movimentos das águas do rio Doce.

A proporção das páginas, o tamanho das fontes utilizadas no texto, bem como a cor, tanto facilita a leitura em meios eletrônicos como a impressão, visto que o formato da página (folha A4) é comum em impressoras e fotocopiadoras pequenas, presentes na maioria das escolas. E, sendo nesse formato, sua encadernação torna-se mais prática para ser utilizada em rodas de conversas e distribuídos entre alunos.

A disposição do texto foi pensada de uma forma fluida, remetendo às curvas do percurso do rio Doce. Com os recuos de texto e imagens, criam-se também espaços para anotações complementares de professores e alunos.

Esse projeto aproxima a forma da diagramação do conteúdo dos Cadernos Temáticos com a intenção de trazer uma experiência de leitura e aprendizado mais agradáveis.



C766c Vilarino, Maria Terezinha Bretas

Comunidades tradicionais no médio rio Doce [livro eletrônico] : caderno temático 5 / Maria Terezinha Bretas Vilarino, Bianca de Jesus Souza e João Vitor de Freitas Moreira; organização Maria Celeste Reis Fernandes de Souza et al. – Governador Valadares, MG: Univale Editora, 2021.

35 p. : il., color. – (Conversas com o Rio Doce; 5)

Projeto: Relação com o saber e Educação Ambiental: uma pesquisa com estudantes em tempo integral

ISBN 978-65-87227-16-0 (on-line).

1. Rio Doce – Minas Gerais – História. 2. Barragem de minério – Desastres ambientais. I. Título. II. Série.

CDD 981.51

PROJETO GRÁFICO

Tuia Comunicação

tuiacomunicacao@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Dr. Geraldo Vianna Cruz (UNIVALE)

REVISÃO

Maria Terezinha Bretas Vilarino

Bianca de Jesus Souza

João Vitor de Freitas Moreira

CONTATO

Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território (PPG-GIT)

territorio@univale.br



Rios sem discurso

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muitas águas em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.

(João Cabral de Melo Neto, A educação pela pedra, 1996).



sumário

Apresentação	7
Um Dedo de Prosa	11
Abrindo a Prosa	12
No Fio da Prosa	14
Outras Prosas	27
Amarrando a Prosa.....	32
Referências	33
Sobre os autores.....	35



apresentação

Caro (a) Leitor (a),

Este caderno é parte da coletânea “Conversas com o rio Doce”, e esperamos que ele possa render boas conversas para diferentes pessoas e grupos que tenham como propósito compartilhar aprendizagens e saberes sobre o rio e com o rio.

A elaboração deste material é fruto do projeto “Relação com o saber e Educação Ambiental: uma pesquisa com estudantes em tempo integral”**, que tomou o rio Doce como objeto de saber. Os (as) estudantes que participaram da pesquisa trouxeram um mosaico de saberes e manifestaram diferentes desejos de aprendizagem sobre esse rio, antes e depois do rompimento da barragem de Fundão, localizada no município de Mariana, na Região Central de Minas Gerais.

Como moradores de Governador Valadares, cidade mineira localizada às margens do rio Doce, e vivendo os processos desencadeados pelo rompimento da barragem de Fundão, cujos rejeitos de minério atingiram toda a bacia, constatamos que os desejos de aprendizagem dos (as) estudantes ecoavam os nossos desejos e inquietações e, de certo modo, da população valadarense e de outros grupos e populações que vivem ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Em um outro movimento de pesquisa, que se propõe a “cartografar territórios educativos em bairros de Governador Valadares***”, passamos também a compreender o rio Doce como um território educativo. É um rio que nos ensina pelas memórias, pelas relações ecológicas, pelos posicionamentos cidadãos aos quais somos convocados em sua defesa, de modo particular no cenário do rompimento da barragem de Fundão.

Assim, esta coletânea pretende contribuir para que o rio Doce se torne parte de uma prosa educativa que propicie aprendizagens e que se alie a outras vozes, ecoando a denúncia sobre esse desastre, em pleno curso, e suas consequências ambientais e sociais.

A coletânea é um exercício interdisciplinar que contou, em sua elaboração, com os fios da escrita de pessoas ligadas à Agroecologia, às Artes, à Biologia, à Comunicação, ao Direito, à Engenharia, à História, à Matemática, à Psicologia, à Pedagogia, à Química... porque “um rio precisa de muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez”, como lembra o poeta João Cabral de Melo Neto. E é justamente devido à di-



A barragem, de responsabilidade da mineradora Samarco/Vale-BHP, rompeu-se no dia 5 de novembro de 2015, despejando aproximadamente 55.000.000m³ de rejeitos de minério na calha do rio Doce, que se espalharam por cerca de 600 km do rio, até chegarem ao litoral do Espírito Santo.

** Apoio: CNPq (Universal 2016/1); UNIVALE; FAPEMIG.

*** Apoio: FAPEMIG (Universal 2018); UNIVALE.



versidade de olhares que, nos diferentes cadernos desta coleção, os (as) autores (as) usam termos distintos para se referirem ao rompimento da barragem e suas consequências, quais sejam desastre, crime, tragédia, desastre-crime, desastre sociotécnico, desastre socioambiental. Esse grupo plural se une em defesa do rio Doce, do seu ecossistema e das populações atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Cadernos Temáticos

1. Histórias do rio Doce

Haruf Salmen Espíndola.

2. Histórias antigas do rio Doce

Haruf Salmen Espíndola.

3. Memórias do rio Doce

Patrícia Falco Genovez

José Luiz Cazarotto

4. Rio Doce: nos fios da arte e da memória

Eliene Nery Santana Enes

João Marcos Parreira Mendonça

5. Comunidades tradicionais no médio rio Doce

Maria Terezinha Bretas Vilarino

Bianca de Jesus Souza

João Vitor de Freitas Moreira

6. Áreas Protegidas e Unidades de Conservação

Guilherme Antunes de Souza

Fernanda Morozesky Geber

Renata Bernardes Faria Campos

Nájela Priscila dos Santos Moreira

7. Matas ciliares da bacia do rio Doce: impactos do rompimento da barragem de Fundão

Maria Fernanda Brito de Almeida

Renata Bernardes Faria Campos

8. Peixes da bacia do rio Doce: diversidade e principais ameaças

Eunice Maria Nazareth Nonato

Renata Bernardes Faria Campos

Jacqueline Martins de Carvalho Vasconcelos



9. Conversas sobre reparação de direitos no rompimento da barragem da Samarco

Lissandra Lopes Coelho Rocha

Diego Jeangregório Martins Guimarães

Iesmy Elisa Gomes Mifarreg

10. Conversas na escola sobre a qualidade da água do rio Doce

Thiago Martins Santos

Ana Luiza de Quadros

11. Conversas entre o rio Doce e as crianças na escola

Karla Nascimento de Almeida

Valdicélio Martins dos Santos

Alessandra Amaral Ferreira

Elizabete Aparecida de Carvalho

Imoyra Rodrigues dos Santos

12. Conversas entre o rio Doce, adolescentes e jovens na escola

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Karla Nascimento de Almeida

Gilda Melo Marques

Edmara Carvalho Novaes

13. Conversas na universidade sobre o desastre da Samarco

Thiago Martins Santos

Maria Gabriela Parenti Bicalho

Wildma Mesquita Silva

Reconhecemos que as conversas com o rio Doce que estabelecemos neste material são a continuidade de tantas outras conversas tecidas no cotidiano por diferentes pessoas, grupos e nas pesquisas. Desejamos que você viva a experiência da leitura e que seja provocado a relembrar suas conversas com o rio Doce e iniciar outras.

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Thiago Martins Santos

Renata Bernardes Faria Campos

Eliene Nery Santana Enes

(Organizadores)



APOIO

ANA – Agência Nacional de Águas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce

OBIT – Observatório Interdisciplinar do Território – UNIVALE

LAD – Laboratório de Didática – Pedagogia /UNIVALE

NIESD – Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos – UNIVALE

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares a autorização para realizar a pesquisa e a abertura para o desenvolvimento de atividades formativas em Educação Ambiental.

Gratidão e reconhecimento pelo trabalho aos bolsistas de Iniciação Científica da UNIVALE que contribuíram com a primeira pesquisa citada: Giovanni Tavares Neves (Engenharia Civil e Ambiental); Isabela Neto da Silva Paes (Engenharia Civil e Ambiental); Keren Christine Marques Cupertino (Pedagogia); e Rodrigo Felix Ferreira Rezende (Psicologia).





Figura 1. Fonte: Jornal A Sirene. Mariana. Setembro de 2017, Edição especial, p. 6

Caros leitores, a abertura deste caderno sinaliza para a vida e para a solidariedade. A Figura 1 exhibe uma notícia extraída do jornal *A Sirene*¹, que foi publicada na edição especial de setembro de 2017, página 6, referente à realização da 1ª edição do Festival Regenera Rio Doce na comunidade pesqueira de Regência, na Foz do Rio Doce, em Linhares (norte do Espírito Santo). Este festival contou com a participação de representantes de muitas comunidades de toda a bacia do rio Doce, voluntários, especialistas, entidades civis. “Toda diversidade presente no festival simboliza a crença de que a regeneração só será possível se for praticada em todos os níveis: no individual, nas relações familiares, comunitárias, na relação com o rio, com a natureza e com a sociedade, nas esferas ambiental, cultural, afetiva, econômica, ética, social e política”².

Como veem, nossa prosa já começa com essa (re)memória do desastre-crime³ que atingiu o rio Doce porque a (des)memória não queremos. A Sirene nos alerta: “para não esquecer” e para animar a luta pelos direitos de todos e todas que foram atingidos(as) de alguma forma, material e subjetivamente. Embora sejamos todos atingidos em maior ou menor escala, neste caderno tratamos de comunidades tradicionais existentes na bacia do rio Doce; e, mais especificamente, na porção mineira do médio rio Doce.

Portanto, no contexto de tamanha sensibilidade e vulnerabilidade da bacia do rio

- 1 O Jornal A Sirene é uma realização do Coletivo Um Minuto de Sirene, Atingidos pela Barragem de Fundão, na Arquidiocese de Mariana. Ver em: <http://jornalasirene.com.br/sobre>
- 2 Estamos juntos, estamos vivos e somos muitos. Jornal A Sirene. Mariana. Setembro de 2017, Edição especial, p. 6.
- 3 Optamos, ao longo do texto, por nos referir dessa forma, haja vista que o desastre tem dimensões criminais em processamento legal na comarca de Ponte Nova (MG).



Doce, ressaltamos que, após o desastre-crime ocorrido em Mariana (MG) e estendido por toda a bacia, muitos costumes e tradições de diferentes comunidades da área atingida foram destruídos física e simbolicamente, ou impedidos de continuidade.

Pensar esses costumes e tradições e as formas de vida existentes, é um esforço complexo, pois ao mesmo tempo que nos damos conta da sua existência, temos que evidenciar toda a violência sofrida por essas comunidades.

A imagem e texto a seguir, também extraídos do Jornal A Sirene, de setembro de 2017, edição comum, p. 13; são motivadores de nossos compromissos com essas comunidades e com o rio Doce.

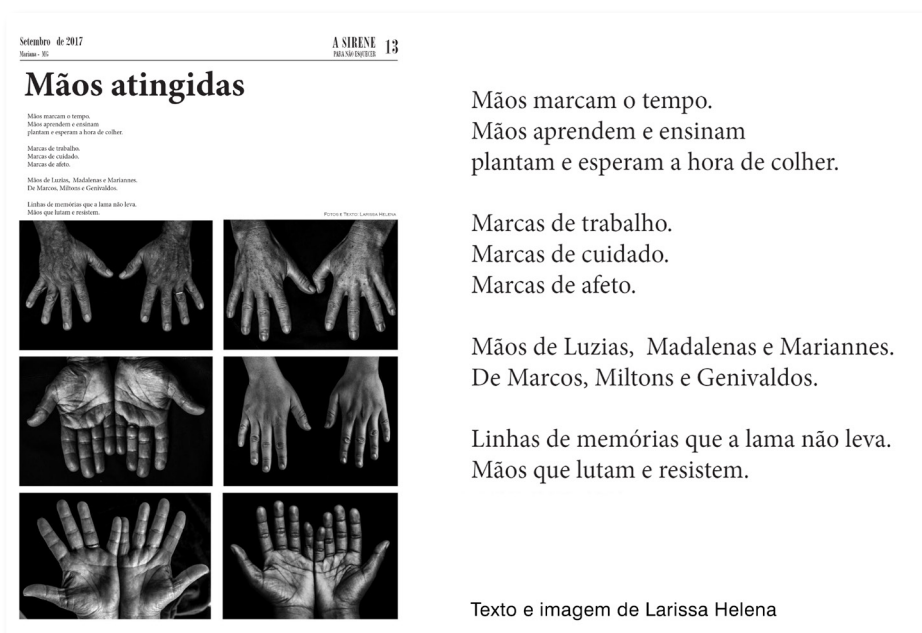


Figura 2. Fonte: Jornal A Sirene, de setembro de 2017, edição comum, p. 13

abrindo a prosa

Há muito mais regimes de conhecimento e de cultura do que supõe nossa vã imaginação metropolitana. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 239).

A epígrafe desta seção coloca em xeque nosso pensamento sobre o significado de cultura e problematiza nossa tendência, como moradores urbanos, de relacioná-la apenas com erudição. Também nos provoca a uma revisão do conceito preconcebido sobre a cultura popular que carregamos do senso comum.

Muitas vezes nossa impressão sobre as manifestações culturais populares e tradicionais é construída sob a ideia de exotismo ou folclore, quando não as conside-



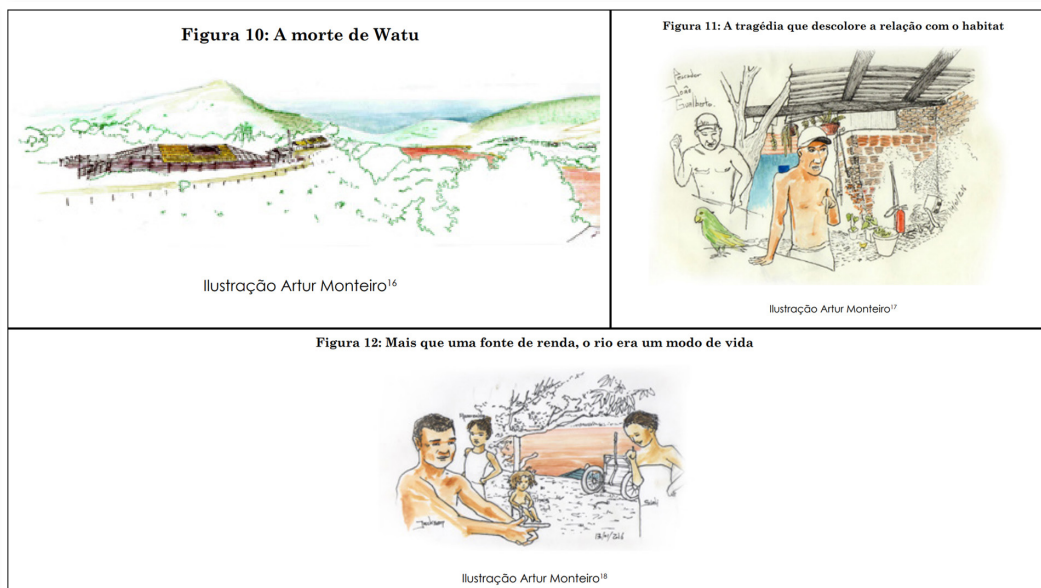
ramos como atraso e falta de desenvolvimento. Tal pensamento nos impede de admirá-las na sua originalidade e diversidade, e até mesmo nos induzem a negarmos nossas origens.

Então, trazemos a explicação sobre Cultura, da antropóloga estadunidense Ruth Benedict, em sua obra *O Crisântemo e a Espada*, que nos ajudará a compreender a diversidade e a perspectiva de outras comunidades que não a nossa. Diz Benedict (1972): “A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo”. Desse modo, “homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, tem visões desencontradas das coisas”, como comenta o pesquisador brasileiro Roque de Barros Laraia (1998, p. 35).

As duas explicações acima dialogam com o pensamento de outro antropólogo, Clifford Geertz, que considera a cultura como uma teia de significados que orienta a existência humana (GEERTZ, 1978). Nesse sentido a cultura orienta desde o modo de sentir, pensar e agir de uma sociedade ou comunidade e aplica-se a todas as práticas, materiais e simbólicas, do grupo ou sociedade em questão: os modos de saber e os fazeres, as práticas corporais, as crenças, os hábitos, a concepção de mundo, a relação com a natureza, os sentidos de proibido e de obrigatório, as relações econômicas, políticas e familiares (LARAIA, 1998).

Assim, pensando nas diferentes lentes, ou seja, nos diferentes modos de ver, preferimos apresentar neste trabalho uma breve reflexão sobre o que caracteriza as comunidades tradicionais com a finalidade de compreendermos sua diversidade e riqueza cultural. Observamos a existência de distintas comunidades tradicionais no vale do rio Doce e elegemos situar algumas dessas comunidades localizadas no médio rio Doce, que pode ser conferido no quadro a seguir:





Quadro 1. Comunidades tradicionais no vale do rio Doce. Fonte: Relatório de Pesquisa de campo sobre os ribeirinhos do Baixo rio Doce após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Samarco/Vale/BHP- Rede UFES)⁴. Figuras 10, 11 e 12 do Relatório de pesquisa de campo sobre os ribeirinhos do Baixo rio Doce após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Samarco/VALE/BHP – (Rede UFES). Disponível em: <https://redeufesriodoce.ufes.br/sites/redeufesriodoce.ufes.br/files/field/anexo/Ribeirinhos%20do%20Baixo%20Rio%20Doce.pdf>

Tratar de povos e comunidades tradicionais sempre nos coloca em um lugar delicado, pois corremos o risco de usarmos nossas próprias lentes desfavorecendo os viveres, as cores e sabores do outro. Por outro lado, pensar a tradicionalidade coloca em cena muitas memórias, vivências e experiência, uma vez que nos convida a revisitar variados laços sociais que cercam a nossa vida cotidiana e que são responsáveis por dar sentido a muitas de nossas práticas sociais.

no fio da prosa

Para que nossa conversa possa alcançar a diversidade das formas de existir ao longo do médio rio Doce, apresentamos como fio da nossa prosa, breves definições e alguns exemplos. Para isso levantamos três perguntas que direcionam a nossa conversa:

- O que é um povo ou comunidade tradicional? O que é o Conhecimento Tradicional?
- Quem são essas pessoas e quais são as características desses conhecimentos?
- O que o Estado brasileiro faz acerca da proteção da tradicionalidade?

4 Disponível em: <https://redeufesriodoce.ufes.br/sites/redeufesriodoce.ufes.br/files/field/anexo/Ribeirinhos%20do%20Baixo%20Rio%20Doce.pdf>. Acesso em:



Tais perguntas vão dar o tom deste caderno, mas não podemos já deixar de manifestar o pesar (e, em certa medida, a revolta) acerca da destruição continuada dos povos e comunidades tradicionais da bacia do rio Doce e de todo o Brasil. Queremos afirmar também nossa admiração pela forma como essas comunidades resistem e lutam contra os inúmeros desrespeitos que sofrem.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA RÁPIDA CONCEITUAÇÃO



Comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, cujas condições sociais, culturais e econômicas respeitam os limites secularmente construídos com o meio ambiente na produção de suas fontes de conhecimento de mundo.

Nesse sentido, povos e comunidades tradicionais são grupos que se identificam com uma cultura própria, estabelecendo relações de sentido e significado com o meio e o território no qual vivem.

Os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, criando laços de autorreconhecimento que sustentam identidades e direitos próprios. Respeitam princípios de sustentabilidade, e suas formas de vida são estabelecidas em comunhão com o meio ambiente.

De modo geral, estamos tratando aqui, de povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, populações ribeirinhas, seringueiros, produtores de queijo-serrano, quebradeiras de coco-babaçu, geraizeiros⁵, vazanteiros⁶, pomeranos⁷, veredeiros⁸, apanhadores de sempre-viva, faiscadores⁹, entre muitos outros povos e comunidades tradicionais que habitam variados territórios do Brasil (e Minas Gerais) afora.

No quadro 2 apresentamos um cartaz e uma foto que ilustram algumas práticas recentes de comunidades tradicionais do Vale do rio Doce.



5 Homens e mulheres do Cerrado. Agricultores nas margens do Rio São Francisco.

6 São chamados assim porque praticam uma agricultura que está associada aos ciclos dos rios. No Cerrado, eles estão localizados, principalmente, às margens do Rio São Francisco e seus afluentes.

7 As comunidades pomeranas localizam-se principalmente nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rondônia. Em menor número, em Minas Gerais e no Paraná. São descendentes de migrantes alemães.

8 Populações que ocupam, usam e preservam tradicionalmente as veredas, subunidade do bioma cerrado/gerais.

9 Populações que praticam garimpo artesanal.





Quadro 2: Cartaz do I Encontro de Comunidades Quilombolas do Vale do rio Doce – 2019

<https://www.cedefes.org.br/eventos/i-encontro-das-comunidades-quilombolas-do-vale-do-rio-doce-na-cidade-de-pecanha-mg/>

Foto 7 do Relatório de pesquisa de campo sobre os ribeirinhos do Baixo rio Doce após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Samarco/VALE/BHP – (Rede UFES). Itapina – Colatina/ES. Fotografia produzida em 06 de julho de 2016.

O PONTO DE VISTA OFICIAL

Do ponto de vista oficial, somente com a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em 2007, foi que o Estado brasileiro apresentou institucionalmente uma agenda de políticas públicas para proteção da tradicionalidade. O Decreto 6.040/07 (BRASIL, 2007) é um importante instrumento legal que estabelece a seguinte definição de povos e comunidades tradicionais:

Art. 3o. Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:
I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007)

É importante destacar que esta é uma importante conquista de povos historicamente marginalizados que, a partir desse decreto, acessam o direito de se autodefinirem e se identificarem com sua própria cultura, respeitando-se sua forma de organização social, suas formas de produção e, essencialmente, seus conhecimentos tradicionais.



Os CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

As comunidades tradicionais, pelos hábitos e costumes vividos ao longo de muitas gerações possuem em comum um bom registro identitário, preservando memórias, aspectos da vida cotidiana, relações territoriais, conhecimento sobre variedades locais (ou crioulas) de plantas e raças de animais, patrimônio cultural e muitos saberes tradicionais sobre os usos dos recursos naturais. Portanto, uma definição de povos e comunidades tradicionais deve se conectar a essa outra categoria muito discutida atualmente: a dos conhecimentos tradicionais.

Então, o que são esses conhecimentos?

Os conhecimentos tradicionais são formas de conhecimento associado às populações tradicionais, compreendendo expressões culturais que se manifestam na experiência concreta de seus cotidianos. Seja através de um cultivo extrativista como fazem as quebradeiras de coco-babaçu no Maranhão¹⁰, até a produção de remédios e modos de cura das populações ribeirinhas do Rio Negro.

A bem da verdade, temos aqui uma relação de identidade com a terra e para com meio ambiente, sem o qual as próprias formas de vida não seriam possíveis. Isso significa que os conhecimentos tradicionais não são estagnados no tempo. Eles compõem redes de exploração sustentável e reinventam-se nas suas próprias bases culturais.

Estes conhecimentos e saberes merecem maior atenção, uma vez que são foco de muita controvérsia e interesses econômicos externos às comunidades. Muitas pesquisas têm evidenciado uma apropriação dos conhecimentos tradicionais pela ciência ocidental (indústria farmacêutica e de cosméticos especialmente), por meio da propriedade intelectual e os usos da patente, da marca e das indicações geográficas como elemento de propriedade sobre as formas de conhecimento tradicionais¹¹. Como exemplos citamos os variados usos psicoativos de plantas conhecidas pelos povos tradicionais que hoje são utilizados no tratamento de doenças como o câncer e esquizofrenia, e outros males.

No contexto do médio rio Doce, muitos desses conhecimentos são deslegitimados, como as benzedadeiras, detentoras de um conhecimento sobre plantas e usos medicinais que nenhum livro é capaz de comportar; ou os dos pescadores tradicionais cujas tarrafas são (eram) lançadas nas águas do rio Doce atrás dos melhores espaços para capturar o peixe.

Feitas essas pontuações gerais passamos a apresentar alguns exemplos de povos e comunidades tradicionais do médio rio Doce.

10 Conferir: Porro, Menasche, Shiraishi Neto (2014)

11 O Brasil, inclusive, deu um passo no regime de flexibilização ao acesso aos conhecimentos tradicionais com a edição do chamado “Marco Legal da Biodiversidade”, Lei 13.123/15. Essa legislação permite o acesso sem consentimento prévio a alguns conhecimentos tradicionais de origem não identificada e, inclusive, com pouca repartição (ou nenhuma) dos benefícios advindos da exploração (BRASIL, 2015).



AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MÉDIO RIO DOCE

A formação histórica do vale do rio Doce ainda é pouco estudada e conhecida¹². Essa é uma região marcada pela presença de diferentes grupos populacionais, disputas pela terra, expulsões, violência, desmatamento e exploração predatória (ESPINDOLA, 2000). Também é um região de chegada de migrantes, brasileiros e estrangeiros (SOARES, 2002).

Nessas constantes disputas, práticas tradicionais foram reprimidas, proibidas e extintas ao longo dos anos. Contudo, povos e comunidades tradicionais resistem.

Por aqui, buscamos caracterizar brevemente algumas destas comunidades, sabendo que o médio rio Doce possui (como as diversas regiões do Brasil) uma infinidade de tradições ainda não reconhecidas pelo Estado.

Destacamos que uma grande parcela desses povos não encontra espaço para se autorreconhecer, seja pela dificuldade documental ou de comprovação exigida (como carroceiros, areeiros, lavadeiras); seja pela investida da sociedade contra alguns grupos (como benzedeiras e curandeiras, por exemplo).

Trazemos em destaque no médio rio Doce as comunidades Quilombolas, comunidades Indígenas, os Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e Pescadores.

Mapa de municípios próximos à calha (leito) do rio Doce com apontamento dos locais que possuem comunidades tradicionais reconhecidas ou não pelo Estado¹³

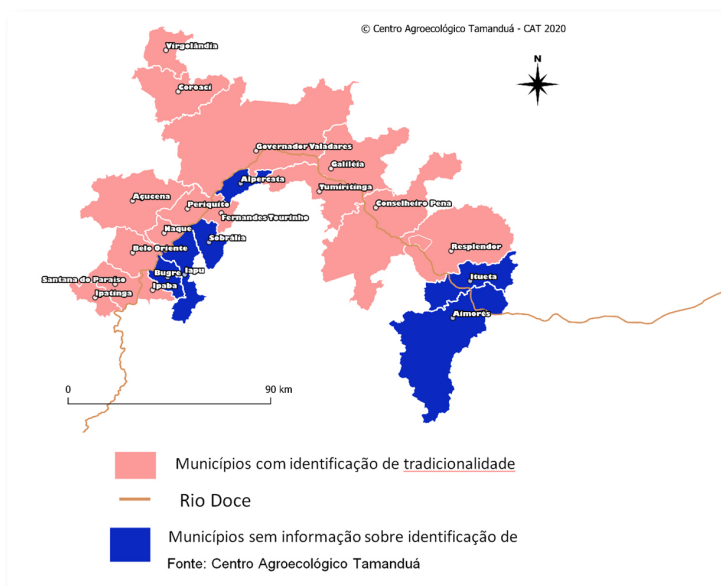


Figura 3: Mapa de municípios próximos a calha (leito) do rio Doce com apontamento dos locais que possuem comunidades tradicionais reconhecidas ou não pelo Estado. Fonte: Centro Agroecológico Tamanduá (2020).

12 Destacamos aqui a contribuição dos pesquisadores e mestrados do Mestrado em Gestão Integrada do Território, na UNIVALE, que têm produzido estudos sobre o vale do rio Doce.

13 O mapa, cedido pelo Centro Agroecológico Tamanduá, foi inspirado no mapa produzido pela RAMBOLL Consultoria para o Relatório de monitoramento independente dos programas de reparação e compensação dos danos. 2020. Disponível em: <https://auditoria-riodoce.ramboll.com/programas/protecao-e-recuperacao-da-qualidade-de-vida-de-outros-povos-e-comunidades-tradicionais> Acesso em: 20 set. 2020.





A definição de Comunidades Quilombolas é controversa. Do ponto de vista legal, trata-se de comunidades “remanescentes” de quilombos, os refúgios de resistência negra contra a escravidão. Desse modo, o Decreto 4887/2003 considera “remanescente de comunidades quilombolas” grupos étnico-raciais, segundo parâmetros de autodesignação e identificação, com trajetórias históricas distintas e dotados de relações territoriais específicas (BRASIL 2003).

Porém, comunidades quilombolas, que integram a categoria comunidades tradicionais, apontam para uma formulação que vai além do conceito oficial. Segundo a Associação de Antropologia Brasileira “consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (O'DWYER, 2002, p. 18).

É sabido que no vale do rio Doce muitas comunidades que se intitulam como quilombolas ainda não possuem reconhecimento pelo Estado. Este reconhecimento depende de um processo que envolve alguns passos:

1. É necessário que a comunidade se autorreconheça como um quilombo;
2. A comunidade deve organizar uma série de documentos comprobatórios de sua relação histórica com o lugar;
3. Estes documentos devem constar do pedido de autodefinição enviado à Fundação Palmares, que é a instituição responsável pela análise das informações e pela emissão da Certidão de Autorreconhecimento.
4. A Fundação Palmares avalia os documentos e aceita ou não o pedido¹⁴. Se o pedido é deferido (aceito) a comunidade autorreconhecida pode ter acesso a políticas públicas do Programa Brasil Quilombola¹⁵.

Nessa prosa, optamos por apresentar duas comunidades que já tiveram seu reconhecimento definido.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ILHA FUNDA (PERIQUITO – MG)

Ilha Funda é uma comunidade tradicional rural que no ano de 2019 buscou autorreconhecimento como culturalmente diferenciada. Liderada por mulheres negras, Ilha Funda é um espaço tradicional onde muitas famílias foram capazes de agregarem-se na resistência contra fazendeiros que insistiam em avançar sobre suas terras. Assim

14 Conferir em http://www.palmares.gov.br/?page_id=538

15 Conferir em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/376?mode=full>



reinventaram-se nas suas práticas e formas de vida, encontrando formas de tecer laços e constituir uma identidade coletiva.

Baseando suas práticas de cultivo alimentares na agroecologia, Ilha Funda é um espaço de resistência física e política, cujas matriarcas são verdadeiros exemplos locais de como é possível vencer às violências raciais e culturais. Como parte da luta de Ilha Funda, a Fundação Palmares enviou uma carta de autorreconhecimento a comunidade, celebrada coletivamente com inúmeros parceiros. Algumas imagens ilustram a festa comemorativa do recebimento do título por essa comunidade tradicional, assinada pela Fundação Palmares.



Quadro 3: Festa comemorativa do recebimento do título de Comunidade Quilombola de Ilha Funda (Periquito-MG). Fonte: Acervo do Centro Agroecológico Tamanduá.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ÁGUAS CLARAS (VIRGOLÂNDIA-MG)¹⁶

Águas Claras é uma comunidade organizada na região rural do município de Virgolândia, MG, que em 2018 conseguiu da Fundação Cultural Palmares a carta de autorreconhecimento como remanescente de quilombolas. Águas Claras foi a primeira comunidade quilombola do médio rio Doce com reconhecimento pelo Estado. Composta majoritariamente por agricultores familiares e camponeses, são produtores de alimentos com uso de práticas agroecológicas. A comunidade de Águas Claras tem um longo histórico de resistência contra a violência rural, sendo espaço de refúgio de muitas famílias violadas durante anos de expansão das fronteiras agrícolas.

Atualmente, a comunidade luta por direitos decorrentes da sua autoafirmação como culturalmente diferenciados. Águas Claras é conhecida também pelo grupo de caboclinhos, que sincreticamente produzem manifestações culturais e musicais típicas

16 Embora Virgolândia não esteja na calha do rio Doce consideramos importante localizar a Comunidade Quilombola de Águas Claras pela relevância Cultural.



do território quilombola.

Envolvidos nessa identidade o senso de coletividade tem se fortalecido. Algumas imagens mostram o período de celebração do autorreconhecimento:



Quadro 4: Celebração de autoreconhecimento da Comunidade Quilombola de Águas Claras (Virgolândia-MG). Fonte: Acervo do Centro Agroecológico Tamanduá.

POVOS INDÍGENAS

Não pretendemos traçar uma definição sobre os povos indígenas do Brasil, o que exige outros estudos, e não é o foco deste caderno. Para nossa conversar aqui, é importante saber:

1. Os povos nativos desta terra Brasil insistem na diversidade, somando hoje mais de 304 etnias e 250 línguas no território brasileiro.
2. A imagem do índio permeia o coletivo social regrado por inúmeros preconceitos étnicos e estereótipos que o sistema educacional insiste em reproduzir no cotidiano das salas de aula. Índios não são todos iguais.
3. Índios são os membros de povos e comunidades que têm consciência de sua relação histórica com os indígenas que viviam nesta terra antes da chegada dos europeus.
4. Um povo indígena deve ser identificado como um grupo territorialmente localizado, cujas práticas coletivas são reconhecidas pelo todo e são compostas de elementos culturais diferenciados das sociedades ocidentais, seja através de suas práticas rituais, cantos e manifestações xamânicas, seja por ligações de parentesco recobradas ou mantidas ao longo dos anos.



5. É importante frisar, contudo, que todas as culturas estão sujeitas a modificações e que aquela imagem ingênua do imaginário coletivo sobre o índio nunca correspondeu a realidade das comunidades indígenas.
6. Os povos indígenas pensam, situam-se e (r)existem na afirmação de suas identidades.
7. Do ponto de vista oficial, os povos indígenas gozam de proteção constitucional após anos de muita luta. Segundo o artigo 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.
8. Embora gozem de proteção, o que estamos presenciados atualmente é um total descaso e abandono dos povos indígenas.
9. Diferentes grupos indígenas, com diferentes hábitos culturais, língua, crenças e usos do território se distribuem por todas as regiões do Brasil.
10. No médio rio Doce encontramos duas etnias do tronco linguístico Macro-Jê, que apresentaremos a seguir.

POVO INDÍGENA KRENAK (RESPLENDOR-MG)

O povo indígena Krenak, autodenominados *Borum do Watu*, vive no seu território tradicional localizado às margens do rio Doce, parcialmente demarcado.

Conhecidos há muitos anos como Botocudos, nome dado pelos portugueses, os indígenas do *Watu* ocupavam grandes extensões territoriais antes da invasão colonial. Após muitas guerras enfrentadas contra o estado brasileiro, os Krenak, hoje, somam um total de 630 pessoas, alguns vivendo na Terra Indígena em Resplendor/MG e outros vivendo em territórios de outras etnias devido a expulsões forçadas da terra (diásporas) durante os anos de 1950 e 1970.

São conhecidos nacionalmente pela sua capacidade guerreira. Resistentes, sempre encontraram forças nas relações de parentesco produzidas pelo rio Doce (*Watu*), que nas suas percepções cosmológicas é tido como um ser vivo que com eles comunga de laços de consanguinidade.

O histórico de violações de direitos humanos sofrido por este povo é bastante grande. Contudo, foi após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em 2015 que a maior violação física e simbólica foi experimentada por esse povo tradicional, pois o seu parente *Watu* havia morrido.

Os Krenak vivem na luta pela manutenção das suas formas de vida e buscando a “reparação” dos danos causados. As imagens ilustram representantes desse povo:





Quadro 5: Grupo Krenak ocupando a linha da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Festa na Aldeia Krenak. Fonte: Centro Agroelológico Tamanduá; BBC (2015).

POVO INDÍGENA PATAXÓ (AÇUCENA-MG) ¹⁷

“Pataxó é água da chuva batendo na terra, nas pedras, e indo embora para o rio e o mar”.

“Kanátyo Pataxó, Txopai e Itôhâ,

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3>)

O povo indígena Pataxó é composto por vários grupos que se dividem ao longo do sul da Bahia e sudeste brasileiro. São originários da Terra Indígena Barra Velha, no extremo sul da Bahia. Deixaram a região devido um grande conflito no Parque Nacional do Monte Pascoal, na década de 1950, que gerou a morte de vários indígenas e acarretou dispersão dos grupos Pataxó para outras regiões.

Parte desse povo migrou para o estado de Minas Gerais e foi inicialmente alocado pela FUNAI na Fazenda Guarani, Município de Carmésia – MG. Após muito esforço coletivo esse povo indígena atualmente vive na Aldeia Geru Tucunã, ocupando a região do Parque Estadual do Rio Corrente, no município de Açucena.

Desamparados pelos órgãos representativos, lutam no cenário político para ter as terras do Parque transformadas em Reserva Indígena, para que possam viver livremente seus hábitos culturais.

Contudo, cercados por grandes fazendeiros, os Pataxó de Açucena enfrentam constantes ameaças, violências e conflitos territoriais iminentes. Infelizmente, o território ocupado é de gestão estadual¹⁸, agravando ainda mais a situação dos Pataxó, haja vista a morosidade do estado de Minas Gerais em tomar atitudes e medidas protetivas.

17 Embora Açucena não esteja na calha do rio Doce consideramos importante identificar o povo Pataxó da aldeia Geru Tucunã pela relevância Cultural.

18 Para maiores especificações acerca dos regimes de Terras Indígenas, ver: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>.





Quadro 6: Imagens para Grupo Pataxó /Açucena. Fonte: CEDEFES (2020); UFJF-campus GV (2017).

PESCADORES ARTESANAIS

A prática de pesca existe no território do médio rio Doce de formas diversas, e em todo o curso do entorno deste rio. Porém, muito pouco se tem escrito sobre essa atividade.

Então, para este caderno, buscamos reunir informações que possam nos ajudar numa contextualização sobre esta forma de vida que apresenta tanta diversidade e tradicionalidade.

Os pescadores subdividem-se em várias categorias: pescadores profissionais da indústria, pescadores profissionais artesanais, pescadores de subsistência, e ainda, os praticantes de pesca esportiva. Em todas as categorias se encontram pescadores com inscrição no “Registro Geral da Atividade Pesqueira”¹⁹ ou sem nenhum tipo de registro. Na prática, se reconhecem e são reconhecidos como pescadores “com carteira” ou “sem carteira”.

Em geral, a pesca tradicional é praticada por pescadores com registro de pescadores profissionais artesanais ou sem nenhum registro. A maior parte destas pessoas comercializa o pescado e o utiliza como meio de subsistência, sendo então a pesca responsável pela sua vida e sustento.

Embora a maioria dos pescadores tradicionais não se encontrarem organizados em comunidades específicas, eles possuem costumes e formas de organização próprias, além do que fazem uso de uma importantíssima parcela desse território, chamado de rio Doce (e seus afluentes).

Após o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, a prática da pesca, presente na vida de tantas pessoas, foi duramente interrompida. O que se percebe ainda hoje é que há uma grande dificuldade em se identificar e/ou contabilizar os pescadores tradicionais na região, visto que as exigências de comprovação

19 O Registro Geral da Atividade Pesqueira – é um instrumento do Governo Federal que visa a contribuir para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, bem como permite ao interessado o exercício das atividades de pesca e aquicultura, em toda a sua cadeia produtiva.



legal da atividade e modo de vida, tal como para as comunidades quilombolas, estão longe e inacessíveis para grande parte destas pessoas.

Veja a seguir um desabafo de atingida pelo desastre-crime:

Lanla é filha de pescador e pertence à comissão de atingidos do território de Governador Valadares. Ela conta que nos últimos cinco anos pouco foi feito.

“Minha família é de pescadores; primos, tios, todos são pescadores. Não se pode mais pescar no rio Doce. O sustento da família vinha da pesca. Até hoje sofremos com isso. Criei meus filhos tomando banho no rio Doce e comendo peixe frito. Isso foi tirado da gente”, lamentou-se.

— Lanla Maria Soares, filha de pescador.

Figura 4. Fonte: Diário do Rio Doce. 05 de novembro de 2020 (5 anos depois: pescadores e famílias de atingidos ainda cobram respostas da Samarco)²⁰

PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA²¹

A região médio rio Doce possui uma história árdua de luta e disputa territorial. Em décadas passadas o conflito por terra expulsou muitos camponeses e trabalhadores rurais de suas posses; mas muitos deles se organizaram e foram novamente à luta por um pedaço de terra para seguir a vida.

Deste modo, temos uma região hoje com um número expressivo de Projetos de Assentamento de reforma agrária. Os assentamentos, assim chamados, são formas organizadas de ocupações de terra que caminharam para regularização junto ao Estado brasileiro. Muitos deles possuem as relações específicas, laços sociais, modos de vida, de produção, de conservação, e que os agrupa de certa forma como as comunidades tradicionais.

O fato de um assentamento de reforma agrária ser ou não considerado como uma comunidade tradicional está relacionado à forma como as famílias organizadas nele se vêm ou não. No vale do rio Doce alguns assentamentos de reforma agrária guardam costumes comuns que poderiam lhes conferir identidade tradicional, especialmente aqueles em que seus ocupantes são originários do mesmo local onde estão assentados. Como as comunidades de pescadores também tem dificuldades de comprovação legal.

Atualmente no vale do rio Doce existem 23 assentamentos de reforma agrária formalizados. Neste caderno vamos apenas listar e situar os 6 assentamentos que constam nos municípios que são cortados pela calha (leito) do rio Doce, na parte mineira. A seguir, traremos a caracterização simples e breve da origem de um deles – Assentamento Cachoeirinha.

20 Disponível em <https://drd.com.br/5-anos-depois-pescadores-e-familias-de-atingidos-ainda-cobram-respostas-da-samarco/>

21 Um acampamento é uma forma de ocupação de uma área, com vistas à reforma agrária. Barracas são construídas na área que se pretende transformar em assentamento, ou à margem de rodovias, do lado de fora das fazendas, etc. Acampamento é quando a área ocupada é desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e realizada sua divisão entre os ali acampados ou outros.



Municípios	Assentamentos
Periquito	Liberdade
Governador Valadares	Barro Azul, Oziel Alves Pereira e Joaquim Nicolau da Silva
Tumiritinga	1º de Junho, Cachoeirinha e Terra Prometida, Águas da Prata I e II.
Tarumirim	São Sebastião
Pingo d'água	Chico Mendes II
Resplendor	Dorcelina Forlador, Gilberto de Assis e Roseli Nunes II

Figura 5: Assentamentos nos municípios cortados pela calha do rio Doce. Fonte: Elaboração pelos autores, a partir de site do INCRA (2020)

ASSENTAMENTO CACHOEIRINHA

O assentamento Cachoeirinha é uma dessas comunidades que se formou na mesma área em que a maioria dos moradores vivia antes do assentamento e está localizado a apenas 2 Km da sede do município de Tumiritinga, sendo margeado pelo rio Doce. Cachoeirinha surgiu da ocupação da fazenda Califórnia no ano de 1993, por meio de uma articulação que uniu um grupo de moradores da cidade de Tumiritinga e militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vindos do vale do Mucuri.

Embora esta fazenda já estivesse nos planos de reforma agrária do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por ser improdutiva, o processo de ocupação foi de muita tensão e repressão policial. Depois de muitas disputas e negociações formaram-se dois assentamentos na área da antiga fazenda: Cachoeirinha e 1º de Junho. Cachoeirinha ficou composto pelo grupo de famílias de Tumiritinga.

Em 1995 houve a consolidação oficial do Assentamento. Atualmente existem 33 famílias assentadas que vivem da agricultura familiar.

Este assentamento, por estar às margens do rio Doce, sofreu e sofre duramente os efeitos do derramamento do rejeito no desastre-crime da Samarco.



Figura 6: Missa comemorativa no recebimento do documento do INCRA; Fonte: Foto cedida pelo assentado José Pavuna Neto.



Figura 7: Área produzida, antes da chegada do rejeito. Fonte: Acervo do Centro Agroecológico Tamanduá.



outras prosas

Feitas as apresentações anteriores aqui indicamos algumas leituras e fontes para mais informações sobre os conceitos e sobre a conversa somente iniciada sobre Comunidades tradicionais, pois temos muitas coisas para aprender e compartilhar uns com os outros.

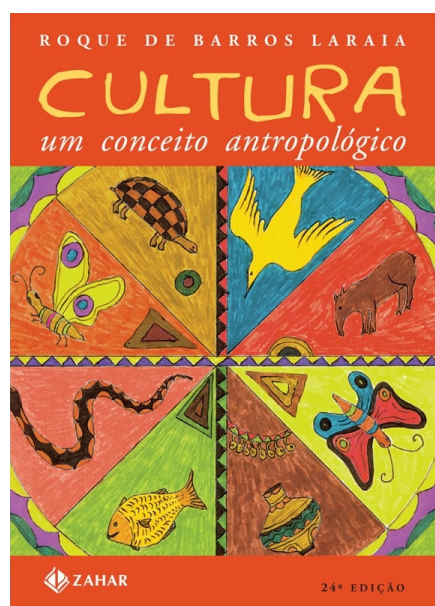
Queremos estimular a busca de outras fontes de informação, mas chamamos atenção para os cuidados necessários: é preciso sempre verificar se são confiáveis, se são fruto de discussão séria e responsável, e principalmente nos dias atuais, se não se tratam de fake news. Para artigos e publicações mais acadêmicos sugerimos o site da biblioteca eletrônica SCIELO (uma biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros) – onde sempre se pode encontrar boas referências.

<https://www.scielo.br/?lng=pt>

1 - Sobre o conceito de Cultura

Indicamos o livro do Roque de Barros Laraia para uma introdução:

LARAIA, Roque. Cultura – um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.



Está disponível na Internet. Acesse aqui: <https://projetoaletheia.files.wordpress.com/2014/05/cultura-um-conceito-antropologico.pdf>



2 – Sobre Comunidades Tradicionais

2.1 - O GESTA, da Universidade Federal de Minas Gerais, também tem estudos sobre as Comunidades Tradicionais. Sua cartilha DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS está disponibilizada aqui:



<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>

2.2 - Vale a pena visitar este site:

http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/povos-e-comunidades-tradicionais-do-brasil/?cp_povos-e-comunidades-tradicionais-do-brasil=1

Embora o Projeto Nova Cartografia (PNCSA) esteja voltado para uma cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia, o site oferece informações sobre comunidades de outras regiões do Brasil. Também traz documentos oficiais, narrativas, e muito mais.



<https://cimi.org.br/o-cimi/>
<https://www.cptnacional.org.br/>

Povos de Comunidades Tradicionais

<https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/povos-de-comunidades-tradicionais-und-0833>

[illegible]

https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal

No site Povos Indígenas do Brasil citado acima podem ser encontradas informações sobre as etnias presentes em nossa região.

Sobre o povo Krenak: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>

Sobre o povo Pataxó: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3>

6 – Sobre os assentamentos de Reforma Agrária no vale do rio Doce, sugerimos um site produzido como resultado de projeto de pesquisa coordenado pelas professoras Maria Terezinha Bretas Vilarino e Patricia Falco Genovez, do GIT/UNIVALE.

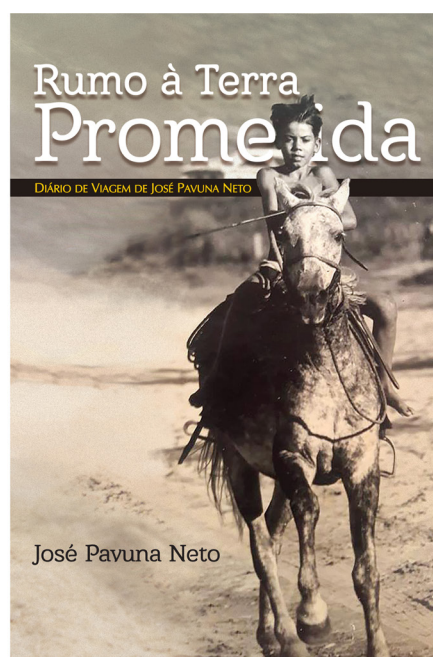


Capa de abertura do site A história dos movimentos sociais de luta pela terra no vale do rio Doce.

O site apresenta um banco de dados e textos sobre a luta pela terra na região do rio Doce, e nos vales do Mucuri e Jequitinhonha. Também estão disponíveis mapas localizando os assentamentos atualmente existentes no vale do rio Doce.

Também fazem parte do site dois vídeos e dois livros sobre a temática.

O site é este: <https://projetosbic.wixsite.com/lutapelaterra>



Ainda sugerimos este documentário apresentado abaixo, gravado no Assentamento Cachoeirinha. Faz parte de um projeto chamado *Água de Plantar*, produzido pelo Canal Futura (*Água de Plantar* » série •tv - Autor: André Hallak e Maíra Fares; Dir.: André Hallak).

“Água de Plantar é uma série documental de 26 episódios de 13 minutos, idealizada a partir de mais uma parceria entre a ONG Oficina de Imagens e a produtora Trem Chic. A obra consiste no registro de iniciativas de pessoas, grupos, experiências, projetos e organizações que de alguma forma se vinculam ao tema da produção sustentável de alimentos, enredados pela condição de pertencentes, dependentes e protetores das águas que alimentam as bacias nos quais estão inseridas”.

Episódio conta experiência no Assentamento Cachoeirinha



“Pavuna é uma liderança em Tumiritinga, região afetada pelo rompimento da barragem em Mariana, em 2015. No Assentamento Cachoeirinha ele busca formas de recuperar o solo e de manter a água no terreno”.

<https://canaisglobo.globo.com/assistir/futura/agua-de-plantar/v/8356402>

7 – Sugerimos ainda o site do jornal A Sirene, de Mariana/MG. O Jornal já produziu, desde fevereiro de 2016, muitas reportagens sobre os efeitos do desastre-crime que atingiu tantas comunidades. Como marco demarcatório de memória, sempre no dia cinco de cada mês (data que aconteceu a tragédia), sai uma nova edição do jornal. Muito bom para informações produzidas pelos próprios atingidos. Todas as edições estão disponibilizadas aqui: <http://jornalasirene.com.br/>

ASIRENE



Outras buscas possíveis:

Como já destacado em alguns espaços do texto, há ainda muito o que se avançar no reconhecimento desses que ainda permanecem invisibilizados pelo contexto geral da sociedade.

amarrando a prosa

Para finalizar nossa prosa, gostaríamos de evidenciar o fato de que as comunidades tradicionais, detentoras dos conhecimentos tradicionais, ocupam variadas regiões do Brasil e se adaptam constantemente às formas culturais, sociais e econômicas. Por isso, elencamos apenas algumas características que podem funcionar como traços interessantes para identificarmos relações tradicionais, como: 1) formas culturalmente diferenciadas; 2) territorialidade tradicional, ou seja, relação histórica com o lugar e a cultura; 3) conhecimento tradicional; 4) relações econômicas de troca e solidariedade; 5) desenvolvidas relações locais de compadrio e parentesco; 6) práticas de baixo impacto ambiental que respeitem o ambiente.

Essas são apenas algumas características possíveis de serem encontradas, podendo ser mais ou menos desenvolvidas nos diferentes locais, assim como podem surgir outras que nós não fomos capazes de listar.

Ao trazermos o foco para o médio rio Doce procuramos acentuar a existência desse tipo de comunidade entre nós e perto de nós. E ao mesmo tempo que nos solidarizamos e comprometemos com elas nos nossos afazeres profissionais e como cidadãos, convidamos a todos para saber mais sobre elas, sobre suas histórias e sobre os desafios que têm vivido em defesa de seu território e de sua tradicionalidade.

Não é raro escutarmos ou vivenciarmos manifestações de conhecimentos tradicionais. Às vezes basta pensar em nossa própria vida cotidiana. A “cultura popular” nos cerca por todos os lados. Basta frequentarmos um mercado central de um município, trocar algumas palavras com um agricultor ou pescador tradicional para presenciarmos a manifestação desses conhecimentos. Por outro lado, se algum de nós já fez uso de uma anestesia para uma pequena intervenção cirúrgica (baseada em d-tubocurarina, derivada dos curares indígenas²²), utilizou um adoçante (stévia) ou nos deliciamos com um açaí em um dia quente, novamente, estamos diante de elementos tradicionais da cultura ou de frutos do conhecimento tradicional.

Ou seja, como dissemos no início da prosa, é preciso ver com novas lentes.

Então, fica aqui o convite.

~~~~~

22 Extratos vegetais paralisantes e relaxantes, conhecidos pelos povos indígenas.



## referências

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. São Paulo: Perspectiva, 1972

BRASIL. **Decreto n. 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm) Acesso em 18 de nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) Acesso em 18 de nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 13.123**, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm)

CARNEIRO DA CUNHA. **Cultura com aspas**: e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

COSTA FILHO, Aderval. O Processo de Construção dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. **Brasilicum**, v. 238-239, p. 7-11, 2015.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Práticas econômicas e meio ambiente na ocupação do sertão do rio Doce. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 67-75, 2000.

ANDRADE, Ana Karolina de; RAMOS, Flávia; VALIM, Hauley. Estamos juntos, estamos vivos e somos muitos. **Jornal A Sirene**. Mariana. Setembro de 2017, Edição especial, p. 6. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_regencia\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_regencia_issuu) Acesso em 10 de novembro 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LARAIA, Roque. **Cultura – um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.



LEMM – Laboratório de Estudos do Movimento Migratório. LEIDETEC – Laboratório de Estudos de Identidades e Tecnociência. GIAIA – Grupo Independente para Avaliação do Impacto Ambiental. **Ribeirinhos do Baixo rio Doce - Relatório preliminar.** Janeiro/ Julho. Mimeo. 2016 Disponível em: <https://redeufesriodoce.ufes.br/sites/redeufesriodoce.ufes.br/files/field/anexo/Ribeirinhos%20do%20Baixo%20Rio%20Doce.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2020

LIMA, Eduardo. 5 anos depois: pescadores e famílias de atingidos ainda cobram respostas da Samarco. Diário do Rio Doce novembro 5, 2020 EDIÇÃO ESPECIAL. Disponível em: <https://drd.com.br/5-anos-depois-pescadores-e-familias-de-atingidos-ainda-cobram-respostas-da-samarco/> Acesso em 10 de novembro de 2020

MINAS GERAIS. Ministério Público. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Belo Horizonte, [20--?]. Disponível em <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf> Acesso em 10 outubro 2020.

MONTEIRO, Artur Sgambatti. Traços de um rio. **Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 5, p. 355-367, jul. / dez. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/altera/article/view/40867/20449> Acesso em 12 de outubro de 2020.

PAVUNA NETO, José. **Rumo à terra prometida:** diário de viagem de José Pavuna Neto. Org. VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco. Governador Valadares: Ed Univale, 2019.

PORRO, Noemi Miyasaka; MENASCHE, Renata; SHIRAISHI NETO, Joaquim. Babaçu livre e queijo serrano: histórias de resistência à legalização da violação a conhecimentos tradicionais. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 267-301, June 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832014000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 out. 2020.

RAMBOLL Consultoria. Proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais. In: **Relatório de monitoramento independente dos programas de reparação e compensação dos danos.** 2020 Disponível em: <https://auditoria-riodoce.ramboll.com/programas/protecao-e-recuperacao-da-qualidade-de-vida-de-outros-povos-e-comunidades-tradicionais> Acesso em: 20 set. 2020.

SANTOS, Fernando. S. D.. Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.6, suppl.0, set. 2000.

SOARES, W. **Da metáfora à substância:** redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese (Doutorado) - CEDAPLAR / UFMG, Belo Horizonte, 2002.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco. (Org) **Caminhos da luta pela terra no vale do rio Doce.** Conflitos e estratégias. Governador Valadares: Ed. Univale, 2019.



## **SOBRE OS AUTORES:**

### **Maria Terezinha Bretas Vilarino**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce (1979), com especialização em História (UNIVALE, 1991) e Mestrado e Doutorado em História pela UFMG (2008; 2015). É professora na UNIVALE onde atua no Curso de Pedagogia e no Mestrado em gestão Integrada do Território. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em prática de ensino de História; atuando em projetos de pesquisa com os seguintes temas: história regional, saneamento, saúde pública, ambiente e educação. É membro da ONG Centro Agroecológico Tamanduá – CAT – que investe em agroecologia e agricultura familiar sustentável. Atualmente faz parte da Coordenação da entidade.

### **Bianca de Jesus Souza**

Graduada no curso de Tecnologia em Agroecologia (2007) no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, no Campus de Rio Pomba e Bacharel em Agroecologia (2010) também pelo IF Sudeste de Minas, Campus Rio Pomba. Fez Mestrado em Agroecologia (2012) pela Universidade Federal de Viçosa. No ano de 2014, se tornou bolsista CNPq Exp-B, integrando a equipe do NEDET - São Mateus (Núcleo de extensão em desenvolvimento territorial do Território São Mateus) como Assessora Territorial de Gestão Social. Atualmente, atua como Coordenador Técnico no Centro Agroecológico Tamanduá. Possui experiência em agroecologia, ressaltando extensão rural, adubação verde, agricultura familiar, políticas públicas para agricultura familiar.

### **João Vitor de Freitas Moreira**

Doutorando e Mestre (2020) em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Direito (2017) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Foi bolsista do Programa Jovens Talentos para a Ciência da CAPES (2013-2014), bolsista PIBIC/CNPq/UFJF (2014-2015 / 2015-2016 / 2016-2017) e bolsista BIC/UFJF, todos sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Vinício Chein Feres. Foi editor-adjunto (2014-2015) e editor-geral (2015-2016) do Periódico Alethes (Direito UFJF). Tem experiência na área de Direito com ênfase em Antropologia do Direito, etnologia americanista, pesquisa empírica, Propriedade Intelectual, atuando nos seguintes temas: direito dos povos indígenas, conhecimento tradicional associado, comunidades tradicionais, inovação, direito de patente e pesquisa de campo.



